



— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2026

Tema/assunto: Meio Ambiente (PLEs nº 155, 163, 181, 186, 190, 196 e 199/2025)

Proponentes: Abenicio Gomes Turibio; Adair Ferreira Carvalho; Adimilson Braga; Adriano Alvarenga; Agenor Mendes Sobrinho; Agmar Aparecido Ferreira Junior; Agmar Pereira Lima; Agnaldo Figueiredo dos Reis; Ailton Pereira Costa; Aldanny Guimarães Rezende; Alini Fernanda Bicalho Noronha; Amanda Barbosa dos Reis; Amâncio Oliva Neto; Amaro Zam Gonçalves dos Reis; Anderson Oliveira Lisboa; Andreia Andrade Vieira; Andrette Ferraz Bizerra; Angelo Marcos Ribeiro; Antônio Caroba da Silva; Arthur Luiz Lorenzo Lopes Oliveira; Ayandra Ribeiro Miranda; Benedito Pacífico da Rocha; Berenice da Penha Lima; Bruna de Sá Soares; Bruno Santos Faria; Celso Ferreira Campos; Cleidivânia Ferreira Batista; Danniell Ruas Abreu; Danrley Henrique Xavier Vieira; Daril Vieira da Silva; Diego Soares Ferraz; Dilca Costa Ferraz; Eder Pereira da Mota; Ednalves Alves Costa; Edson Felix Carlos; Edson Honorato Figueiró; Edvan Maurício dos Santos; Elber Mendes Figueiredo; Elias Carlos Lopes; Ernane Alves Correa; Fábio Willians Gonzaga Teixeira; Fabrício Ribeiro de Oliveira; Francisco de Assis Santos; Francisco Soares de Oliveira; Francyyelly Rocha Barbosa; Gabriel do Nascimento Vieira; Genildo Oliveira Pinheiro; Geraldo Elcio do Socorro; Geraldo Silva Santos; Gildenes Justiniano Silva; Giovana Conceição Araújo; Gisélia Helena Reis Santos; Glauber de Abreu Loscha Vilaça; Glauco Sathler Siman; Guilherme Alves da Silva e Silva; Gustavo Henrique Santos Serpa; Gustavo Pereira de Oliveira; Gustavo Silvério Vidal; Harmone Henriqui Gomes dos Santos; Isabella Brandão Barbosa; Izabel de Fatima Fonseca; Jaques Cione Gandra; Jardel Mendes Ferreira; Jéssica Gabriella de Souza Isabel; João Amancio Gomes; João Batista Matias da Silva; João de Deus Marinho dos Santos; João Pereira dos Santos; José Carlos de Oliveira; José Eustáquio Leal; José Lucilio Alvarenga Neto; José Messias Pereira Durães; José Roberto de Moraes Machado; Jose Roberto Silva; José Rubens Teixeira; José Valter Alves; José Vespasiano Casseiro; Josley Matos Nunes; Juçara Aparecida Machado Lopes; Juliana Jácome Costa Ramos Gomes; Júlio César de Oliveira; Junior José da Silva; Jussara Debora da Costa; Karolinnny Pol Oliveira; Kayla Nazaré Ribeiro Martins; Lara Yasmin Ribeiro do Amaral; Larissa Soares da Silva; Layane Alves Souza; Leiliane Pereira dos Santos Soares; Letícia Tatiane Mendes Lourenço; Luana Aparecida Esteves de Almeida; Lucas Alvin Gouvêa; Lucas Souza Silva; Lucineila dos Santos; Luiz Carlos da Silva; Luiz Nelson Soares; Magno Newton Luiz Franco; Manoel Delci Batista da Silva; Marcelo de Jesus Soares; Marcelo de Miranda Honorato; Marcelo Gomes de Almeida; Marcelo Oliveira da Cruz; Marcone Anjos Bento; Maria Aparecida de Azevedo Barroso; Maria das Graças Fernandes Araújo; Maria Eduarda Almeida Santos; Marisa de Souza Alves; Marlene Margarida Nunes; Matheus Pereira de Lima; Maurilio Salgado Santos; Max Vinícius Aguiar Martins; Maynara Alves dos Santos; Mônica Cardoso de Assis; Murilo Henrique Costa Pol; Nathalia Rodrigues de Oliveira; Nazareno de Oliveira Barros; Neide Aparecida dos Santos; Osório Pinheiro de Castro; Paulo Amaral; Paulo Oliveira da Cruz; Priscilla Santos Gilbert; Ramon Fernando Noronha de Moraes; Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira; Rayssa Victoria Gonçalves



de Jesus; Renato Lopes Santos de Carvalho; Robélia Maria de Jesus Gomes; Roberto Gomes de Sousa; Robson Carvalho Barbosa; Rodolfo Natanael da Cunha Lopes; Romar Chaves Canazart; Rondines Ferreira dos Santos; Ronei Pereira da Silva; Rosangela Marcia da Silva; Sara Silva Santos; Sebastião Emídio de Madeiros; Sebastião Lopes de Faria; Sebastião Salvador da Costa; Sergio Hirle de Souza; Sérgio Marcos Franca Cardoso; Silvia Tatiana Miranda; Sued Kennedy Parrela Botelho; Thais Rodrigues Castro; Thayná Aparecida Oliveira Almeida; Tiago Barcelos Barbosa; Valdir Vieira da Silva; Vanderlúcia Alves Oliveira; Vanusa Avelar Souto Vilaça; Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira; Vera Lúcia Pereira Carneiro da Silva; Vicente Neres de Santana; Wenia Xavier Lima Silva; Willian Alves Pacheco; Wilson Assis; Wladmir Batista Dantas.



Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

PLE/2025	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até 31 de março de 2026
155	RQN 15.357/2025	IEF	Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que, na execução da Ação 4056 – Recuperação Ambiental, apoie projetos de recuperação e cercamento de áreas de preservação permanente – APPs – de nascentes, veredas e cursos d’água nos Municípios, na região Norte do Estado, de Janaúba, Riacho dos Machados, São Francisco, Brasília de Minas (Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu), São João da Lagoa, Claro dos Poções (Bacia Hidrográfica do Alto Curso do Rio Fundo ou Riacho Fundo, especialmente na Lagoa do Engenho) e Montes Claros; no Município de Sem-Peixe, na região da Zona da Mata; nos Municípios de Ipaba e Antônio Dias, na região do Vale do Rio Doce; e nos Municípios, na região Noroeste do Estado, de Brasilândia de Minas e João Pinheiro (especialmente na Comunidade Quilombola Santana da Caatinga).	<p>Em resposta ao requerimento, a diretora-geral do IEF disponibilizou contatos de gestores do órgão para que os municípios citados, por intermédio de seus gestores, e o representante da Comunidade Quilombola Santana da Caatinga façam contato para iniciar as tratativas com vistas ao desenho de uma parceria/cooperação para planejamento e implementação das ações pleiteadas. São eles:</p> <p>Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas – DCRE Responsável: Marina Fernandes Dias E-mail: marina.dias@meioambiente.mg.gov.br Telefone (31) 3915-1377</p> <p>Gerência de Recuperação Ambiental e Planejamento da Conservação de Ecossistemas Responsável: Mariana Antunes Pimenta E-mail: mariana.pimenta@meioambiente.mg.gov.br Telefone (31) 3915 1366</p> <p>A diretora-geral informou que o IEF, por intermédio da Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas, presta apoio aos municípios na implantação de unidades demonstrativas vinculadas ao Programa de Regularização</p>



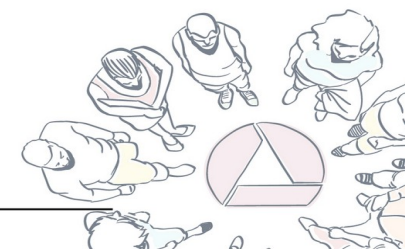
				<p>Ambiental - PRA - com vistas à mobilização de proprietários e possuidores rurais. Segundo ela, o IEF criou, nesse contexto, o Programa PRA Produzir Sustentável, com o objetivo de articular iniciativas e recursos para restauração de ecossistemas. Para informações mais detalhadas, a diretora disponibilizou o endereço de acesso à página do programa na internet: https://www.ief.mg.gov.br/programa-de-regulariza%C3%A7%C3%A3o-ambiental-pra.</p>
155	RQN 15.358/2025	IEF CBMMG	e	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que sejam realizadas obras de melhoria da infraestrutura de prevenção e combate a incêndios florestais no Parque Estadual do Rio Doce e em sua zona de amortecimento, considerando-se a viabilidade de construção de torre de observação no Município de Timóteo.</p> <p>O Instituto Estadual de Florestas (IEF) informou que existem diversas aquisições e contratações previstas para o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), cujo objetivo é a melhoria da estrutura de prevenção e de combate a incêndios florestais, com destaque para a contratação de instalação e de manutenção de quatro câmeras de vídeo vigilância, à semelhança do sistema instalado no Parque Estadual da Serra do Rola Moça.</p> <p>O instituto também ressaltou que estão previstas a contratação e instalação de seis unidades em 2027 e de cinco unidades em 2030, sendo que o PERD será uma das Unidades de Conservação beneficiadas. A previsão de aporte de recursos é da ordem de R\$1.560.000,00 em 2027 e de R\$1.300.000,00, em 2030, não destinadas exclusivamente ao PERD.</p> <p>O IEF pontuou o apoio da empresa Celulose Nipo-Brasileira S/A (CENIBRA) com as câmeras de longo alcance,</p>



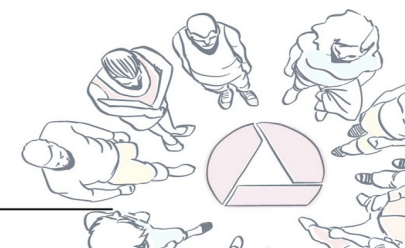
			<p>monitoradas 24 horas com cobertura para as áreas mais vulneráveis e onde, historicamente, foram detectados mais registros de focos de incêndios florestais nas últimas décadas, como o caso do município de Timóteo.</p> <p>Quanto ao pedido de construção de uma torre de observação no município de Timóteo, o IEF informou que tal providência não está prevista em virtude do monitoramento por vídeo vigilância se mostrar mais adequado para o PERD.</p> <p>O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) informou, tal qual o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que embora a proposta de implantação de torre de observação possua mérito, a opção de videomonitoramento óptico e termal, dotado de sensores capazes de identificar focos de calor ainda em estágio inicial, inclusive no período noturno, com geração de coordenadas georreferenciadas, tem se mostrado mais eficaz e abrangente, como se pode observar em recente experiência no Parque Estadual Serra do Rola Moça.</p> <p>O CBMMG ressaltou que a autorização para implantação de empreendimentos em Unidades de Conservação e em suas zonas de amortecimento compete ao IEF, mas a corporação participa do planejamento, da estruturação técnica e da execução das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais e permanece à disposição para colaborar</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



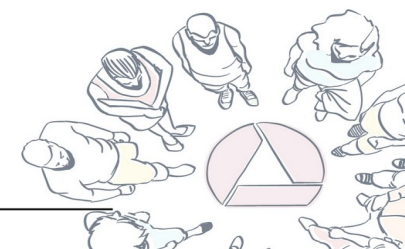
				tecnicamente com a construção de soluções que assegurem maior proteção ao Parque Estadual do Rio Doce.
155	RQN 15.359/2025	Semad	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em documento contendo tanto o cronograma e os valores dos pagamentos aos beneficiários cadastrados nos editais de 2010 e 2011 do programa Bolsa Verde, para quitação total do passivo do programa, quanto o detalhamento das ações previstas do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – a serem executadas nas áreas que foram conservadas por meio do programa Bolsa Verde, em especial nas regiões do Vale do Aço e Leste do Estado.	
163	RQN 15.393/2025	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, no âmbito do Programa Somos Todos Águas, apoie a implementação de ações de recuperação das Bacias Hidrográficas do Alto e Médio São Francisco e do Rio Verde Grande, de forma a conter o assoreamento desse curso d'água; e da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, incluindo ações voltadas para o desassoreamento desse curso d'água, no Município de Timóteo.	Em resposta ao requerimento, o diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - esclareceu que está em elaboração o Plano Mineiro de Segurança Hídrica - PMSH -, que corresponde à fase de planejamento do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - Somos Todos Água. O PMSH tem a finalidade de diagnosticar vulnerabilidades, definir áreas prioritárias e estruturar intervenções estratégicas capazes de assegurar a garantia hídrica em Minas Gerais. Ele resultará na constituição de um Banco de Projetos, que reunirá ações estruturantes e não estruturantes prioritizadas



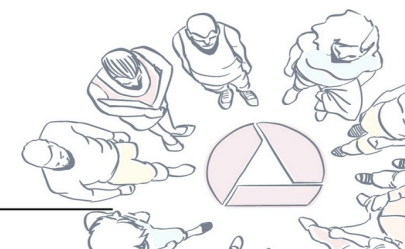
			<p>para as regiões mais vulneráveis.</p> <p>Segundo o diretor-geral, já foram realizadas as seguintes etapas do PMSH:</p> <p>1) Plano de Trabalho - concluído e validado em setembro de 2022, contendo metodologia, cronograma, equipe e entregas previstas;</p> <p>2) estudos e levantamentos - concluídos em 2024 e disponíveis em www.pmsb.com.br;</p> <p>3) mapeamento das áreas prioritárias - contou com participação social ampla, incluindo sociedade civil, organizações não governamentais, comitês de bacia, setor produtivo, instituições acadêmicas e representantes dos governos federal, estadual e municipal, por meio de consulta pública e quatro oficinas temáticas. A etapa atual do PMSH é a construção do Banco de Projetos, considerada a principal entrega do plano. Em agosto de 2024, foram realizadas cinco oficinas com atores estratégicos para definição de intervenções nas áreas priorizadas, as quais são:</p> <p>UEG1: Afluentes do Alto Rio São Francisco;</p> <p>UEG2: Afluentes do Médio Rio São Francisco;</p> <p>UEG3: Afluentes do Rio Grande;</p> <p>UEG4: Afluentes do Rio Doce - onde está inserido o Município de Timóteo;</p> <p>UEG5: Afluentes dos Rios Mucuri, São Mateus, Jequitinhonha e Pardo;</p> <p>UEG6: Afluentes do Rio Paranaíba;</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



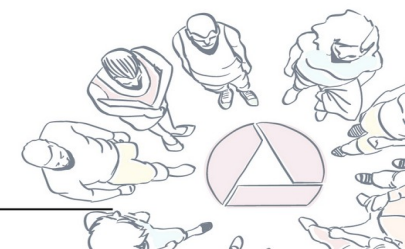
				<p>UEG7: Afluentes dos Rios Paraíba do Sul, Preto (Itabapoana), São João e Caparaó.</p> <p>Por fim, o diretor-geral informou que a disponibilização do Banco de Projetos está prevista para o primeiro semestre de 2026, ocasião em que serão indicadas as intervenções detalhadas e hierarquizadas por critérios técnicos (relevância, urgência e efetividade) para cada área.</p>
163	RQN 15.394/2025	Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia	<p>Requer seja encaminhado ao Fórum Mineiro dos Comitês de Bacia pedido de providências para que fortaleça e estimule a participação social nos comitês de bacia hidrográfica – CBHs –, incentive a criação de subcomitês de bacia, a fim de descentralizar e interiorizar a gestão dos recursos hídricos, e apoie os CBHs na implementação das ações de recuperação ambiental em suas respectivas bacias hidrográficas.</p>	
163	RQN	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de	Em resposta ao requerimento, o diretor-geral do Igam



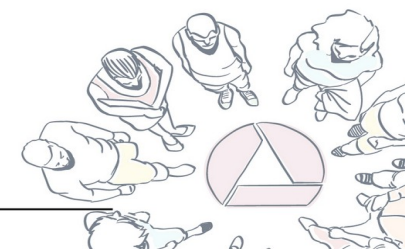
	15.395/2025		<p>Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que divulgue aos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado os benefícios de se estabelecerem subcomitês de bacia, a fim de descentralizar e interiorizar a gestão dos recursos hídricos, de modo a aproximar as decisões da realidade local de um afluyente específico ou de uma área geográfica dentro da bacia principal.</p>	<p>encaminhou Nota Técnica elaborada pela Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa no qual informa que o modelo legal de gerenciamento de recursos hídricos vigente não prevê a criação de subcomitês de bacia como órgãos integrantes do sistema. De acordo com a nota técnica emitida pelo órgão, à luz da Lei Estadual nº 13.199/1999 e da Lei Federal nº 9.433/1997, o Sistema Estadual de Gerenciamento Hídrico - SEGRH-MG - não contempla a figura de subcomitês de bacia com autonomia deliberativa, sendo a competência decisória atribuída aos Comitês de Bacia Hidrográfica e, em âmbito normativo superior, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Ainda de acordo com a nota técnica do Igam, os Regimentos Internos dos Comitês de Bacia Hidrográfica já contemplam mecanismos aptos a assegurar a interiorização das discussões e o aprofundamento técnico de matérias específicas, dentre os quais se destacam: Câmaras Técnicas; Grupos de Trabalho; Comissões Especiais. Na avaliação do corpo técnico do Igam, os objetivos de descentralização e interiorização da gestão podem ser alcançados mediante o fortalecimento das Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e demais instâncias consultivas já previstas nos Regimentos Internos dos CBHs.</p>
163	RQN 15.396/2025	Copasa	<p>Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que agilize a implantação</p>	



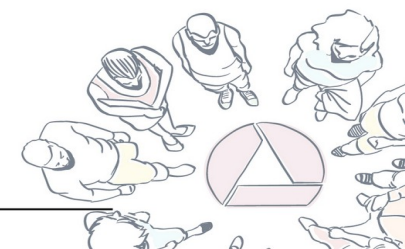
			das obras que vão ampliar o sistema de abastecimento de água para a população do Bairro do Macuco, em Timóteo.	
181	RQN 15.446/2025	Gabinete Militar do Governador	Requer seja encaminhado ao chefe do Gabinete Militar do Governador pedido de informações sobre quais municípios serão atendidos com o fornecimento de cisternas no ano de 2026.	
181	RQN 15.447/2025	Idene	Requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene - pedido de informações sobre os requisitos necessários para a aquisição e instalação de um sistema fotovoltaico.	
181	RQN 15.448/2025	Segov	Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre quais são os requisitos necessários para a aquisição e instalação de um sistema fotovoltaico.	
181	RQN 15.449/2025	Gabinete Militar do Governador	Requer seja encaminhado ao Gabinete Militar do Governador pedido de providências para que envide esforços necessários no sentido de viabilizar o fornecimento de água por meio de caminhão-pipa para o Município de Francisco Sá.	O Gabinete Militar do Governador e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil solicitaram a dilação de prazo para responder o requerimento, em razão dos desastres ocorridos na Zona da Mata Mineira que demandaram o direcionamento de todo o efetivo para o atendimento das ações de resposta e recuperação.
181	RQN	Copasa	Requer seja encaminhado à Companhia de	



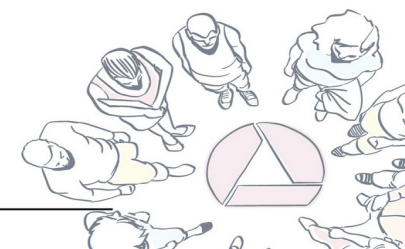
	15.450/2025		Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para a expansão da rede de abastecimento das Comunidades de Fazenda Roça de Dentro, Fazenda Salinas e Santa Maria da Barrinha, no Município de São João do Paraíso.	
181	RQN 15.451/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que envie os esforços necessários com vistas a aumentar a captação de água para a Barragem São Domingos, no Município de Francisco de Sá.	Em resposta ao requerimento o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável encaminhou duas notas que contêm a análise dos técnicos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - sobre o pedido em questão. A equipe técnica do Igam informa que a demanda do município Francisco de Sá insere-se no Plano Mineiro de Segurança Hídrica - PMSH -, previsto pelo Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - Somos Todos Água -, coordenado pela Semad e executado pelo Igam. De acordo com as informações repassadas pelo Igam, uma das etapas do PMSH é a construção do Banco de Projetos, considerado o principal dos sete produtos previstos pelo Plano. De acordo com a equipe do Igam, o Banco reunirá ações estruturantes e não estruturantes, distribuídas por sete Unidades Estratégicas de Gestão (UEGs), sendo que o município de Francisco de Sá está inserido na UEG2 - Afluentes do Médio Rio São Francisco). A equipe informou que o município de Francisco de Sá encontra-se entre as áreas consideradas prioritárias no planejamento estadual. De acordo com informações do



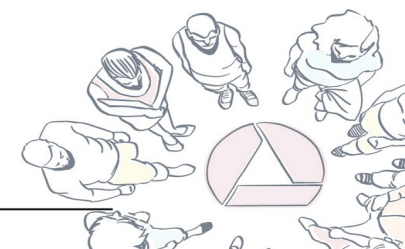
				<p>memorando, o PMSH adota um sistema de priorização territorial composto por índices que variam de 1 a 10, sendo que os valores entre 1 e 4 indicam maior grau de prioridade e urgência para fins de planejamento estadual da segurança hídrica. O município de Francisco de Sá, segundo informações do Igam, está inserido na Unidade Agregada (UA) 65, a qual apresenta Índice Global de Priorização igual a 3. De acordo com o Igam, a disponibilização do Banco de Projetos está prevista para o primeiro semestre de 2026, quando serão indicadas, para as áreas prioritárias, as intervenções detalhadas e hierarquizadas por critérios técnicos. Entretanto, a nota do Igam destaca que as ações organizadas no âmbito do Banco de Projetos do PMSH possuem caráter exclusivamente indicativo e estratégico e, portanto, não implica em pactuação prévia de executores, definição de fontes de financiamento, cronograma de execução ou compromisso direto de implementação por parte do Estado. A nota informa, ainda, que em função do Índice Global 3, a Unidade Agregada 65 está contemplada no Plano de Ações do PMSH, que reúne compromissos institucionais do Estado voltados à implementação do plano em áreas prioritárias.</p>
181	RQN 15.452/2025	Idene	Requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas – Idene – pedido de providências para que envie os esforços necessários para a	



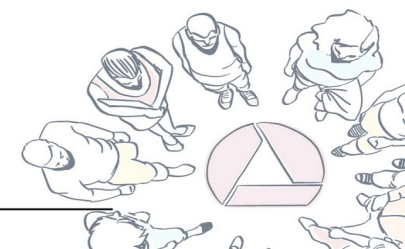
			manutenção do poço tubular profundo que atende às famílias da Associação São Bartolomeu, em Brasília de Minas, ou para a construção de outro no local.	
181	RQN 15.453/2025	Idene	Requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas – Idene – pedido de providências para que analise a necessidade de manutenção em poços tubulares perfurados há mais de 20 anos no Município de Brasília de Minas, incluindo a manutenção de painéis e a verificação da sua tubulação.	
181	RQN 15.454/2025	Gabinete Militar do Governador	Requer seja encaminhado ao Gabinete Militar do Governador pedido de providências para que indique projeto que promova o acesso à água na Comunidade Quilombola Baixinha, na zona rural do Município de Brasília de Minas.	O Gabinete Militar do Governador e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil solicitaram a dilação de prazo para responder o requerimento, em razão dos desastres ocorridos na Zona da Mata Mineira que demandaram o direcionamento de todo o efetivo para o atendimento das ações de resposta e recuperação.
181	RQN 15.455/2025	Gabinete Militar do Governador	Requer seja encaminhado ao Gabinete Militar do Governador pedido de providências para que o Centro de Inteligência da Defesa Civil – Cindec – estude ações que possam ser implementadas para promover a resiliência hídrica no Município de Montalvânia.	O Gabinete Militar do Governador e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil solicitaram a dilação de prazo para responder o requerimento, em razão dos desastres ocorridos na Zona da Mata Mineira que demandaram o direcionamento de todo o efetivo para o atendimento das ações de resposta e recuperação.
181	RQN	Idene	Requer seja encaminhado ao Instituto de	



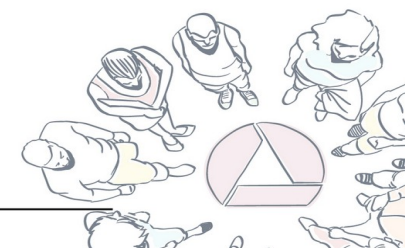
	15.456/2025		Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas – Idene – pedido de providências para que envide os esforços necessários para a construção de poços artesianos e barragens de contenção nos Municípios de Virgem da Lapa, Jenipapo de Minas, Comercinho, Pedra Azul, Itaobim, Jequitinhonha e Teófilo Otoni.	
181	RQN 15.457/2025	Idene	Requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas – Idene – pedido de providências para que envide os esforços necessários para a implantação de infraestrutura hídrica completa para atendimento da Associação Quilombola e Produtores de Leite do Município de Pedras de Maria da Cruz e da comunidade local.	
181	RQN 15.459/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que envide esforços na execução da Ação 4118, com vistas à instalação de sistema de abastecimento de água para atendimento da Associação Quilombola e Pequenos Produtores de Leite de Pedras de Maria da Cruz.	Em resposta ao requerimento, o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável encaminhou memorando da Subsecretaria de Saneamento no qual informa que no momento, não há disponibilidade de recursos de caráter emergencial que possibilitem o atendimento imediato da demanda apresentada. Ainda segundo o documento, a secretaria informou que a demanda será registrada para análise do planejamento das ações futuras, observadas as diretrizes orçamentárias vigentes e a disponibilidade dos recursos, no âmbito da Superintendência de Água, Esgoto e Drenagem Pluvial – SUAD que, de acordo



				com as informações repassadas pelo secretário, atua como órgão de apoio técnico e articulação institucional junto aos municípios, promovendo suporte na estruturação de projetos e iniciativas voltadas à ampliação e à melhoria dos serviços de saneamento básico.
181	RQN 15.460/2025	Gabinete Militar do Governador	Requer seja encaminhado ao Gabinete Militar do Governador pedido de providências para que oriente a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Belo Oriente no sentido da adoção de ações de combate a incêndios florestais.	O chefe do Gabinete Militar do Governador e coordenador estadual de Defesa Civil de Minas Gerais solicitou a dilação de prazo para responder ao requerimento, em razão dos desastres ocorridos na Zona da Mata Mineira, que demandaram o direcionamento de todo o efetivo para o atendimento das ações de enfrentamento e recuperação.
186	RQN 15.469/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica –, atue com as prefeituras dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros, com vistas a disponibilizar um castramóvel com equipe técnica adequada para atendimento da região.	Em resposta ao requerimento, a superintendente de Educação Ambiental e Fauna Doméstica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - informou que a secretaria vem desenvolvendo diversos projetos e programas que atuam na promoção da saúde e do bem-estar animal, nos moldes definidos pela Lei Estadual nº 21.970/2016, por meio de parcerias e convênios com organizações da sociedade civil e municípios, e de consórcios públicos de municípios. Tudo isso visando promover ações de manejo ético populacional, registro, identificação, atendimento médico veterinário, aquisição de suprimentos (alimentação, medicação e insumos), de vacinação e vermifugação, além de veículos, castramóvel e equipamentos para clínica veterinária e também educação



			<p>humanitária. Alguns dos programas atendidos são o Conheça Seu Amigo, programa estadual de microchipagem, o Programa Estadual de Esterilização de Animais Domésticos, o Programa Jovens Mineiros Sustentáveis, o Sistema de Identificação de Animais Domésticos, o Programa Estadual de Resgate Animal e o Programa Estadual de Saúde Básica Animal.</p> <p>Conforme apontado pela superintendente, a participação dos municípios, consórcios públicos de municípios e organizações da sociedade civil nos programas e ações voltados à proteção e ao bem-estar dos animais domésticos pode se dar de duas formas: indicação de emenda parlamentar e participação em editais de chamamento público. Estes são publicados pela Semad, divulgados no site da secretaria e nos canais de mídias digitais, devendo o município acompanhar periodicamente.</p> <p>Com relação à solicitação da comissão, a superintendente esclareceu que a Semad possui convênio de saída formalizado com o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - Codanorte -, destinado à realização de 1.470 castrações de cães e gatos, acompanhadas de microchipagem, nos municípios consorciados, com vigência até julho de 2026. Além disso, por meio de diversas outras parcerias estabelecidas com organizações da sociedade civil</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



				desde 2020, já foram realizadas mais de 7.900 castrações de cães e gatos, entre outras ações, nos municípios da Região Geográfica Intermediária de Montes Claros.
186	RQN 15.470/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica, sejam abertos novos editais de processo seletivo de municípios para o Programa Estadual de Resgate Animal.	Em resposta ao requerimento, a superintendente de Educação Ambiental e Fauna Doméstica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad - informou que, para o exercício de 2026, não há previsão de dotação orçamentária na LOA destinada à publicação de editais para o Programa Estadual de Resgate Animal. Ela ressaltou que é possível a destinação de recursos por meio de emendas parlamentares (vide Portfólio de Projetos de Fauna Doméstica, acessível pelo site da Semad: http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/4953 — portfóliodeprojetosambientaisdosisema, e o portal Sigcon-Saída: https://sigconsaida.mg.gov.br/).
186	RQN 15.471/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4045 – Gestão e Planejamento Ambiental –, no âmbito do Programa Jovens Mineiros Sustentáveis, inclua ações de educação ambiental voltadas à prevenção e ao combate a incêndios florestais e para que implemente projeto de moeda	Em resposta ao requerimento, a superintendente de Educação Ambiental e Fauna Doméstica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informou que o Programa Jovens Mineiros Sustentáveis contempla a capacitação de educadores, por meio de curso de educação a distância, e a formação de estudantes do 5º ano do ensino fundamental em temas como cidadania ambiental, uso consciente de água e energia, gestão de resíduos sólidos, educação humanitária (bem-estar e



			educativa em iniciativas relacionadas ao tema da reciclagem de resíduos sólidos urbanos.	proteção animal), mudanças climáticas, poluição atmosférica, florestas e saneamento ambiental.
186	RQN 15.472/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4046 – Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental –, acompanhe o cumprimento das metas e ações prioritárias do Plano de Ação Climática – Plac – definidas para o setor da agropecuária, em especial daquelas ainda não iniciadas, conforme consta na ferramenta MRV Climático.	Em resposta, a Semad esclareceu que a Ação 4046 se destina ao desenvolvimento e à execução das atividades de competência da Superintendência de Qualidade Ambiental e Mudanças Climáticas, relacionadas à coordenação climática, ao monitoramento das metas do PLAC-MG e à gestão da qualidade ambiental, no âmbito da Diretoria de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas - DSEMC e da Diretoria de Qualidade e Monitoramento Ambiental - DQMA. A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA - figura como órgão líder setorial no caso específico das metas vinculadas ao setor da agropecuária, o que inclui em suas responsabilidades o endereçamento, no âmbito de seus instrumentos próprios, dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento de tais metas, cabendo à SEMAD o suporte técnico-institucional por meio da plataforma MRV Climático. Em relação às ações ainda não iniciadas, os prazos pactuados no PLAC-MG para seu cumprimento estão em curso e, com exceção da última que tem previsão de início ainda neste ano de 2026, estão previstas para o fim da década, e seguirão sendo acompanhadas.
196	RQN 15.495/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências	O secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável informou que o Instituto Estadual de Florestas (IEF), por meio do Programa PRA



		<p>para que promova busca ativa a fim de auxiliar o Conselho Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais e Trabalhadores Rurais Portal dos Ventos da Gameleira, no Município de Montes Claros, na criação de um centro de formação comunitária e de educação ambiental voltado para a formação de lideranças comunitárias e de agentes multiplicadores de ações de educação ambiental nas comunidades, com vistas à preservação de recursos hídricos, ao saneamento ambiental e ao reflorestamento e para a recuperação de nascentes, na Região Intermediária de Montes Claros, Polo 8 CMDRS, na zona rural, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027, exercício de 2026.</p>	<p>Produzir Sustentável pode contribuir com iniciativas de extensão rural, mobilização social e educação ambiental, relacionadas às temáticas mencionadas no requerimento, especialmente aquelas vinculadas à recuperação de nascentes, à restauração da vegetação nativa, ao uso sustentável dos recursos naturais e à promoção de práticas produtivas compatíveis com a conservação ambiental. Ressaltou que, no âmbito do referido programa já vêm sendo desenvolvidas ações voltadas à promoção da extensão rural ambiental e da educação ambiental, com foco no fortalecimento de capacidades locais, na disseminação de conhecimentos técnicos e no estímulo à formação de agentes multiplicadores junto às comunidades rurais. A Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade em Montes Claros (URFBio Norte) foi indicada como referência para a realização de parceria.</p> <p>O secretário também informou que, segundo o Instituto Mineiro de Águas (IGAM), o pedido possui relação com as diretrizes de mobilização social e educação ambiental previstas no Plano Mineiro de Segurança Hídrica, desenvolvido no âmbito do Programa Estratégico Somos Todos Água. Entretanto, o Plano de Comunicação Social, Mobilização e Educação Ambiental não contempla, em seu escopo atual, a criação ou implantação de centros físicos de formação comunitária ou de educação ambiental. As estratégias previstas concentram-se na promoção de</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



			<p>processos de mobilização, capacitação e disseminação de informações junto aos diferentes públicos envolvidos na gestão dos recursos hídricos. As iniciativas voltadas ao fortalecimento da educação ambiental e à formação de lideranças comunitárias para atuação na preservação dos recursos naturais são relevantes para a promoção da segurança hídrica e podem ser objeto de articulação com instituições locais, comitês de bacias hidrográficas, municípios e demais parceiros envolvidos na agenda ambiental e de recursos hídricos.</p> <p>O secretário informou ainda que a demanda guarda aderência com diretrizes e objetivos do Programa Produtor de Água de Minas Gerais – PPA/MG, instituído pela Resolução Conjunta Semad/IEF/Igam nº 3.377/2025. O referido programa é voltado para a promoção da segurança hídrica em bacias hidrográficas, por meio de parcerias institucionais destinadas ao desenvolvimento de projetos locais, preferencialmente associados à implantação de mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA e à adequação ambiental de imóveis rurais. O município de Montes Claros já dispõe de iniciativa local consolidada, denominada Ecocrédito, voltada ao incentivo de práticas conservacionistas em propriedades rurais. É possível analisar articulação entre essa política pública municipal e as diretrizes do PPA/MG, de modo a fortalecer ações voltadas à conservação</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



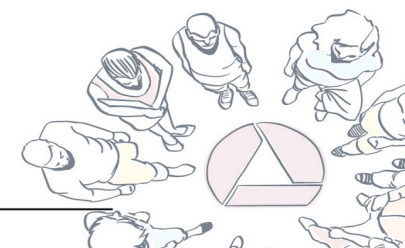
				ambiental, à recuperação de nascentes e à melhoria das condições hídricas e socioambientais da região.
190	RQN 15.521/2025	Copasa	Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que amplie o atendimento do Programa Pró-Mananciais em todo o Estado e, em especial, nos municípios localizados na região Noroeste e na área mineira da Sudene.	
196	RQN 15.506/2025	Cemig Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves	Requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves pedido de providências a regularização das podas de árvores no Bairro Pedra Branca, no Distrito de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, conforme solicitado durante o processo participativo do Plano Plurianual de Ação Governamental 2024/2027 referente ao exercício 2026.	
199	RQN 15.515/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para apoiar o Município de São João da Lagoa na ampliação do acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários.	O subsecretário de Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - informou que a titularidade dos serviços de saneamento básico é dos municípios, cabendo ao Estado, por meio da Semad, atuar como facilitador, promovendo o acesso a recursos, ofertando apoio técnico e incentivando políticas públicas voltadas à universalização dos serviços, conforme o



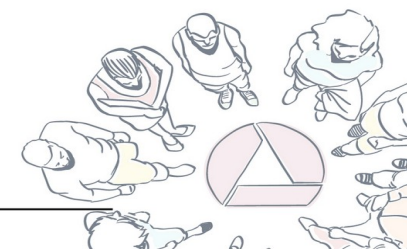
				<p>Decreto nº 48.706/2023.</p> <p>Segundo o citado decreto, compete à Superintendência de Água, Esgoto e Drenagem Pluvial, unidade da subsecretaria, formular, desenvolver, implementar e acompanhar as políticas públicas relativas ao saneamento básico, nos eixos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, atuando de forma articulada e em apoio aos municípios mineiros.</p> <p>O subsecretário ainda informou que não há disponibilidade de recursos de caráter emergencial que possibilitem o atendimento imediato da demanda, mas procederá ao registro para análise no âmbito do planejamento das ações futuras, observadas as diretrizes orçamentárias vigentes e a disponibilidade de recursos.</p>
199	RQN 15.516/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, na execução da Ação 4037 – Gestão de Resíduos e Centro Mineiro de Referência em Resíduos, apoie o Município de Catuti na construção de um galpão de triagem e processamento de resíduos sólidos recicláveis, a ser utilizado por municípios de toda a região da Serra Geral.	Em resposta ao requerimento, o subsecretário de Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - informou que a titularidade dos serviços de saneamento básico, conforme estabelece a Lei Federal nº 11.445, de 15/1/2007, e suas alterações pela Lei nº 14.026, de 15/7/2020, é de competência dos municípios, e que o governo estadual atua como facilitador, promovendo o acesso a recursos, ofertando apoio técnico e incentivando políticas públicas voltadas à universalização dos serviços de saneamento, conforme o



			<p>Decreto nº 48.706, de 25/10/2023.</p> <p>Ele esclareceu que as parcerias, os consórcios públicos e os municípios interessados em obter apoio da secretaria podem buscar o órgão para a celebração de Termo de Cooperação Técnica, visando promover articuladamente ações conjuntas para o avanço na gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos. Ademais, destacou que é possível obter recursos adicionais através do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Funasa, da Caixa, do BNDES e de outros órgãos que publiquem editais voltados para a área de resíduos sólidos ou saneamento básico, além das emendas parlamentares.</p> <p>O subsecretário ainda registrou que tem envidado esforços para viabilizar, no curto prazo, a utilização de recursos provenientes do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - Pecma -, visando apoiar municípios mineiros na aquisição de equipamentos e veículos destinados ao fortalecimento da coleta seletiva e à reestruturação operacional das organizações de catadores de materiais recicláveis. Destacou, porém, que, no momento, não existem outros editais em curso nem previsão de repasse para este ano. Finalizando, ele forneceu o link para acompanhamento de chamadas públicas futuras: <https://meioambiente.mg.gov.br/editais-saneamento>.</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



199	RQN 15.517/2025	Semad	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie medidas e ações que promovam a melhoria do sistema de abastecimento de água do Município de Divinolândia de Minas.</p>	<p>Em resposta ao requerimento, o subsecretário de Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - esclareceu que a titularidade dos serviços de saneamento básico, conforme estabelece a Lei Federal nº 11.445, de 5/1/2007, e suas alterações, é de competência dos municípios. O papel do governo estadual, por meio da Semad, é atuar como facilitador, promovendo o acesso a recursos, ofertando apoio técnico e incentivando políticas públicas voltadas à universalização dos serviços de saneamento.</p> <p>Segundo o subsecretário, o Município de Divinolândia de Minas integra o Programa de Saneamento da Bacia do Rio Doce, iniciativa estadual voltada à ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e macrodrenagem urbana, promovendo saúde pública, qualidade de vida e proteção ambiental ao longo da bacia. Contudo, no momento, não há disponibilidade de recursos com caráter emergencial para o atendimento imediato do pleito. Portanto, a demanda será devidamente encaminhada e considerada no âmbito das ações do Programa de Saneamento da Bacia do Rio Doce, atualmente em fase de estruturação, por meio de cooperação entre as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Infraestrutura e Mobilidade e de Planejamento e Gestão e a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, com previsão de início das</p>
-----	--------------------	-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



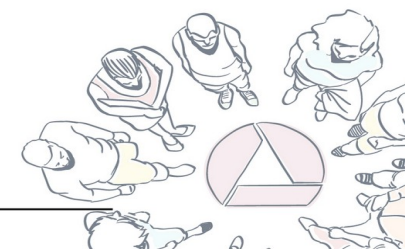
				<p>atividades ainda no primeiro semestre de 2026, assegurando-se a participação do Município de Divinolândia nas etapas de planejamento e priorização das intervenções previstas.</p> <p>O subsecretário ainda ressaltou que a Superintendência de Água, Esgoto e Drenagem Pluvial atua como órgão de apoio e articulação junto aos municípios, promovendo suporte técnico e incentivando políticas públicas voltadas à universalização dos serviços de saneamento, em consonância com as diretrizes do referido programa. Finalizando, ele colocou a subsecretaria à disposição para prestar esclarecimentos técnicos adicionais e para apoiar o município na formulação de propostas e projetos que possam viabilizar a captação de recursos e a implementação das soluções necessárias.</p>
199	RQN 15.518/2025	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie o Município de Sem-Peixe na melhoria do seu sistema de abastecimento de água; em especial, no tocante ao sistema de distribuição de água, que é composto por tubulações antigas e que apresentam problemas operacionais recorrentes.	Em resposta ao requerimento, o subsecretário de Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - esclareceu que a titularidade dos serviços de saneamento básico, conforme estabelece a Lei Federal nº 11.445, de 5/1/2007, e suas alterações, é de competência dos municípios. O papel do governo estadual, por meio da Semad, é atuar como facilitador, promovendo o acesso a recursos, ofertando apoio técnico e incentivando políticas públicas voltadas à universalização dos serviços de saneamento.



			<p>O subsecretário informou ainda que o Município de Sem-Peixe integra o Programa de Saneamento da Bacia do Rio Doce, iniciativa estadual voltada à ampliação do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e macrodrenagem urbana, promovendo saúde pública, qualidade de vida e proteção ambiental ao longo da bacia. Contudo, no momento, não há disponibilidade de recursos com caráter emergencial para o atendimento imediato do pleito.</p> <p>Segundo o subsecretário, a demanda será devidamente encaminhada e considerada no âmbito das ações do Programa de Saneamento da Bacia do Rio Doce, atualmente em fase de estruturação, por meio de cooperação entre as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Infraestrutura e Mobilidade e de Planejamento e Gestão e a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, com previsão de início das atividades ainda no primeiro semestre de 2026, assegurando-se a participação do Município de Sem-Peixe nas etapas de planejamento e priorização das intervenções previstas.</p> <p>O subsecretário ressaltou ainda que a Superintendência de Água, Esgoto e Drenagem Pluvial atua como órgão de apoio e articulação junto aos municípios, promovendo suporte técnico e incentivando políticas públicas voltadas à</p>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



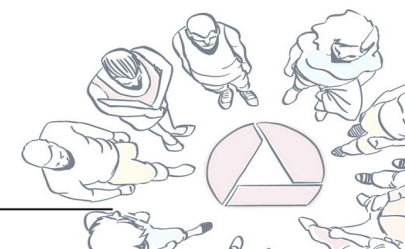
				<p>universalização dos serviços de saneamento, em consonância com as diretrizes do referido programa. Para finalizar, ele reiterou que a subsecretaria está à disposição para prestar esclarecimentos técnicos adicionais e para apoiar o município na formulação de propostas e projetos que possam viabilizar a captação de recursos e a implementação das soluções necessárias.</p>
199	RQN 15.519/2025	Semad	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apoie o Município de Belo Oriente na estruturação do seu sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos e, em especial, apoie as atividades da Associação dos Catadores de Reciclagem de Belo Oriente – Ascabeo.</p>	<p>O subsecretário de Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - informou que a titularidade dos serviços de saneamento básico é dos municípios, cabendo ao Estado, por meio da Semad, atuar como facilitador, promovendo o acesso a recursos, ofertando apoio técnico e incentivando políticas públicas voltadas à universalização dos serviços, conforme o Decreto nº 48.706/2023.</p> <p>Em relação a parcerias, os consórcios públicos e os municípios interessados podem buscar a Semad para a celebração de Termo de Cooperação Técnica visando promover articuladamente ações conjuntas para o avanço na gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos. Caso o interesse seja em convênio de saneamento básico com a Semad, a competência é da Superintendência de Resíduos Sólidos, condicionada à disponibilidade orçamentária.</p> <p>O subsecretário ressaltou ser possível obter recursos</p>



				<p>adicionais através do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Nacional de Saúde, da Caixa, do BNDES ou outros órgãos que venham a publicar editais voltados para a área de resíduos sólidos ou saneamento básico, além da destinação de recursos por meio de emendas parlamentares.</p> <p>O representante da Semad também informou que a subsecretaria tem envidado esforços para viabilizar, no curto prazo, a utilização de recursos provenientes do Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais - Pecma - com vista a apoiar municípios na aquisição de equipamentos e veículos destinados ao fortalecimento da coleta seletiva e à reestruturação operacional das organizações de catadores de materiais recicláveis. Tais recursos, quando disponibilizados, poderão complementar as políticas já implementadas.</p> <p>O subsecretário finalizou destacando que, no momento, não existem outros editais em andamento nem previsão de repasse para este ano.</p>
199	RQN 15.520/2025	Copasa	Requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que apoie o Município de São João da Lagoa na ampliação do acesso aos serviços de coleta e de tratamento de esgotos sanitários.	
199	RQN	Saae do	Requer seja encaminhado ao Sistema Autônomo	



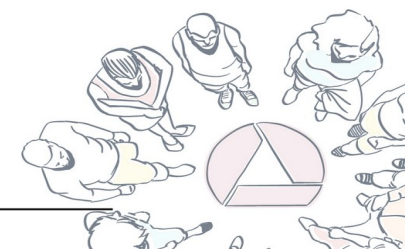
	15.522/2025	Município de Divinolândia de Minas	de Água e Esgoto – Saae – do Município de Divinolândia de Minas pedido de providências para que sejam substituídas todas as tubulações de cimento amianto que compõem o sistema de abastecimento de água local, tendo em vista as suspeitas de que esse material possa estar relacionado ao elevado número de casos de câncer no município.	
199	RQN 15.523/2025	Arisb-MG	Requer seja encaminhado à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – Arisb-MG – pedido de providências para que seja realizada a fiscalização do serviço de distribuição e tratamento de água do Município de Divinolândia de Minas, em especial quanto às condições operacionais das tubulações de abastecimento de água de cimento amianto.	O diretor geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais - Arisb-MG - disse que, em razão do requerimento emitido pela Assembleia, vai antecipar para o mês de março de 2026 a Fiscalização de Não Conformidades da SAAE de Divinolândia de Minas. Ele informou que em abril de 2025 foi realizada uma visita técnica para conhecer as instalações do prestador, mas que a SAAE do município ainda não havia passado pela fiscalização da Arisb-MG, que estava prevista para abril de 2026. Porém, o diretor destacou que não há como fiscalizar as condições de tubulações, tal como foi solicitado no requerimento porque está, via de regra, sob o solo. O diretor informou ainda que a auditoria do ACERTAR, realizada em dezembro de 2025, constatou que o prestador não possui mapeamento das redes existentes e que isso dificulta a identificação das localidades e extensão das redes de cimento-amianto. De acordo com informações do diretor geral, em conjunto com a Fiscalização de Não Conformidades será realizada a



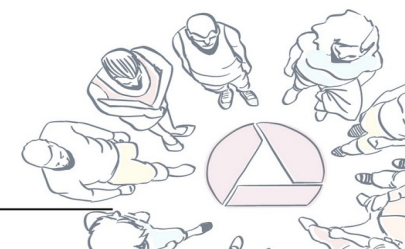
				investigação da qualidade da água distribuída. Ele explicou que essa fiscalização não permite estabelecer relação entre parâmetros de potabilidade e as condições das redes e seu material porque a existência de redes de cimento-amianto não confere à água uma característica específica.
199	RQN 15.524/2025	MPMG	Requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que fiscalize a necessidade de substituição das tubulações de cimento amianto que compõem o sistema de abastecimento de água do Município de Divinolândia de Minas, tendo em vista as suspeitas de que esse material possa estar relacionado ao elevado número de casos de câncer no município.	
199	RQN 15.525/2025	AMM	Requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências para que informe e incentive os municípios do Estado a implementar o conceito de planejamento urbano e arquitetura paisagística do Projeto Cidades-Esponja, focado na gestão sustentável das águas pluviais, cujo objetivo principal é fazer com que as cidades consigam absorver, armazenar, filtrar e limpar essa água de forma natural, de maneira semelhante a uma esponja.	
199	RQN	Prefeitura	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal	



	15.526/2025	Municipal de Sem-Peixe	de Sem-Peixe pedido de providências para que seja feita a manutenção e, se necessário, a substituição das tubulações que compõem o sistema de abastecimento de água do município, uma vez que a rede é muito antiga e vem apresentando, ao longo dos anos, problemas recorrentes.	
199	RQN 15.527/2025	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga	Requer seja encaminhado ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga pedido de providências para que apoie o Município de Sem-Peixe na implementação do seu plano municipal de saneamento e para que auxilie na manutenção e na eventual substituição das tubulações que compõem o seu sistema de abastecimento de água, uma vez que a rede é muito antiga e vem apresentando, ao longo dos anos, problemas recorrentes.	<p>Em resposta ao requerimento, o diretor executivo interino da Agedoce - filial de Governador Valadares da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul -, com ciência e aprovação do presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga - CBH Piranga -, explicou que a destinação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para o financiamento de obras e projetos ocorre por meio de seleção, obrigatoriamente, através de editais de chamamento público.</p> <p>De acordo com o diretor, para que o Município de Sem-Peixe seja contemplado e receba o auxílio pretendido para a realização das referidas manutenções e para o seu Plano Municipal de Saneamento, a prefeitura municipal deve acompanhar a publicação dos editais e manifestar oficialmente o seu interesse inscrevendo suas demandas e submetendo os projetos técnicos à Agedoce para habilitação e hierarquização.</p>



				<p>O diretor também informou que, em 2017, foi lançado o primeiro edital de chamamento público para a seleção de municípios interessados no aporte de recursos destinados à elaboração de projetos do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário, com base no Plano de Ações de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, aprovado em 2010. Segundo ele, o CBH Piranga priorizou a implementação de ações estruturantes por meio da execução do Programa 13 - Programa de Desenvolvimento de Ações para o Setor de Saneamento, estabelecido no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga para um horizonte de planejamento de 20 anos. Esse planejamento confere ao comitê o mecanismo para viabilizar o apoio técnico e financeiro pleiteado pelo ente municipal, por meio das iniciativas do Programa de Tratamento de Águas Residuárias - Protratar.</p>
199	RQN 15.528/2025	Saae do Município de Divinolândia de Minas	Requer seja encaminhado ao Sistema Autônomo de Água e Esgoto – Saae – do Município de Divinolândia de Minas pedido de providências para que analise a necessidade de implantação de um reservatório para integrar o sistema de abastecimento de água local.	
199	RQN 15.529/2025	Arisb-MG	Requer seja encaminhado à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – Arisb-MG – pedido de providências para que	



			proceda à fiscalização do serviço de abastecimento de água do Município de Divinolândia de Minas.	
199	RQN 15.530/2025	Semad	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os municípios que ainda não se adequaram aos prazos estabelecidos no art. 54 da Lei nº 12.305, de 2010, para o encerramento da disposição final de rejeitos em lixões, detalhando-se as ações adotadas por esses municípios para atender a essa exigência e as medidas de apoio a esses municípios implementadas pela secretaria de que é titular.	
199	RQN 15.531/2025	Semad	Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as ações adotadas pela secretaria de que é titular relacionadas à não geração, à redução, à reutilização e à reciclagem de resíduos sólidos no Estado.	

